

Para:
MUNICÍPIO DE POMBAL
Largo do Cardal
3100-440 POMBAL

DECLARAÇÃO

[alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo DL 18/2008 de 29 de Janeiro]

- 1 - Rui Pedro Oliveira de Sousa, casado, titular do Bilhete de Identidade n.º 98263574, residente na Rua Vasco da Gama N.º 103 - 3º M, Vale de Cambra, concelho de Vale de Cambra, na qualidade de representante legal de SOPINAL - FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E METALURGIA, LDA., tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **Ajuste Directo para “Aquisição de Contentores de RSU – Processo 038/AJD/SA/14”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documento, que junta em anexo:
 - a) Proposta de Preços;
 - b) Lista de Preços Unitários e Restantes Condições;
 - c) Características Técnicas;
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

/...

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei N.º 433/82, de 27 de Outubro na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, à menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
- I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum N.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - II) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e no n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum N.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - III) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - IV) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva N.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

/...

- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vale de Cambra, 22 de Julho de 2014


R. João Sousa

CARTÓRIO NOTARIAL DE VALE DE CAMBRA

A CARGO DO NOTÁRIO LIC. LUÍS MANUEL MOREIRA DE ALMEIDA

CONFERÊNCIA DE FOTOCÓPIA

CERTIFICO, que a presente fotocópia, composta de *uma* folhas, está conforme ao original apresentado, que conferi e que o selo branco respectivo se encontra apostado sobre a assinatura de quem subscreveu o documento. _____

Cartório Notarial de Vale de Cambra, *22 de Setembro de 1998*

O Ajudante,

CONTA:

Artº 17º n.º 3 = 300\$00

São:- trezentos escudos.

Registada sob o n.º 506

1

PROCURAÇÃO

No dia dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, no Cartório Notarial de Vale de Cambra, perante mim, Ana Lúcia dos Santos Tavares de Pinho Aguiar, Segundo Ajudante deste Cartório, compareceu como outorgante:-----

--- António de Sousa Tavares, casado, natural da freguesia de Vila Chã, concelho de Vale de Cambra, onde reside no lugar de Relva, que intervém como gerente, com poderes para o acto, e em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma "SOPINAL-FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E METALURGIA, Lda", com sede no lugar de Relva, freguesia de Vila Chã, concelho de Vale de Cambra, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva número 500 276 218, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra, sob o número oitenta e cinco, com o capital social integralmente subscrito e realizado, nos termos da escrituração social de cem milhões de escudos, qualidade e poderes que verifiquei face a uma certidão passada pela competente Conservatória do Registo Comercial, em vinte e três de Julho do corrente ano, que me foi apresentada, que vi e restituí.-----

Verifiquei a identidade do outorgante por conhecimento pessoal.-----

E pelo outorgante na qualidade invocada foi dito:--Que, pelo presente instrumento nomeia e constitui procuradores da sociedade sua representada, Júlia Soares de Oliveira, casada, Rui Pedro Oliveira de Sousa, solteiro, maior e Ricardo Miguel Oliveira de Sousa, solteiro, maior, todos naturais da freguesia de Vila Chã, concelho de Vale de Cambra, onde residem no lugar de Relva, a quem concede poderes para, qualquer um, indistintamente, assinar actos de mero expediente, assinar e expedir correspondência, ajustar e liquidar contas com devedores e credores fixando saldos, receber quaisquer importâncias,

rendimentos ou outros valores que pertençam à sociedade;- passar recibos e dar
quitações, representar a sociedade em quaisquer Repartições Públicas e
Administrativas, organismos sociais e económicos e, designadamente nas
Repartições de Finanças e Câmaras Municipais para todos os efeitos;- promover
quaisquer actos de Registo Predial e Comercial;- contratar seguros, assinar
apólices, participações de acidentes e documentos relacionados com seguros de
qualquer ramo, requerendo, praticando e assinando tudo o que necessário se
torne aos indicados fins.-----

Assim o disse e outorgou, por minuta.-----

Esta procuração foi lida ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo, em
voz alta e na sua presença. -----

António de Sousa Torres
Deputado
António de Sousa Torres

CÓPIA	
1.º	600000
2.º	600000
3.º	1
4.º	1
SOMA	1200000
selos	412800
reembolso	8500
despesas	1
TOTAL	620100

registado sob o n.º 466